

Bernheim e Bauer: manuais da “escola” alemã

João Ernani Furtado Filho*

Ernst Bernheim é autor de *Einleitung in die Geschichtswissenschaft*, publicado em Leipzig, em 1905. Esse título se inscreve em série maior, composta por *Geschichtsforschung und Geschichtsphilosophie* (1880) e pelo *Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie* (1889), que assinala o foco de Bernheim nos domínios da Teoria e da Metodologia da História (ASSIS, 2010: 47-50). Um detalhe controverso da biografia de Bernheim respeita à data de seu falecimento. James Westfall Thompson e Ernst Breisach registram o ano de 1922. *The history of historical writing*, obra de Thompson, de 1942, consta na bibliografia da *Historiography* de Breisach, cuja 1ª ed. data de 1983. A maior parte dos autores, entretanto, indica o ano de 1942 como fim da vida desse descendente de judeus nascido em Hamburgo, em 1850.

O traquejo de Bernheim com as questões didáticas do pensamento e da produção históricos era lastreado pela experiência como *privatdozent* e nas Universidades de Göttingen e Greifswald. Paul Frédéricq, historiador belga comissionado a examinar o ensino de História em grandes centros europeus, registrava, em suas jornadas de 1881-1882, a atuação de Bernheim como tutor, tendo como colegas, os professores Pauli, Weizsäcker, Volquardsen e Steindorff. Fazia referência, ainda, a um “clube de história” dos estudantes de Göttingen, em que se liam os resultados de pesquisas feitas e no qual a conduta fraternal entre mestres e discípulos era selada “glass in hand and pipe in mouth”. (FRÉDÉRICQ, 1890: 37). Em relação a Bernheim, reivindica-se, também, a inscrição em linhagem intelectual ligada à prática dos seminários e ao nome de Georg Waitz (1813-1886), orientador de sua tese. Em 1937, o Editorial Labor, de Barcelona, publicou a tradução para o espanhol, *Introducción al estudio de la Historia*, feita por Pascual Galindo Romeo a partir da 3ª ed. alemã da *Einleitung*, indício de potencial alargamento dos circuitos de difusão e da influência desse livro.

Jorge Luis Cassani e Antonio Pérez Amuchástegui apreciam Bernheim como iniciador da exposição dos elementos primordiais da historiografia, como estabilizador de princípios da disciplina e como figura culminante da metodologia histórica de fins do século XIX. (CASSANI e AMUCHÁSTEGUI, 1982: 28-33).

* Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História USP.

A *Introducción al estudio de la Historia* foi eficaz em fixar um formato para esse tipo de material. O *Lehrbuch*, com suas mais de 800 páginas in fólío, acabou por se tornar uma espécie de “livro do professor”. A *Introducción*, com 180 páginas em oitavo (sem contar o apêndice de indicações bibliográficas preparado por Rafael Martínez, que conta mais 115 páginas), tornava mais cômodo o manuseio constante. A configuração de “manuais” destinados aos estudantes ou interessados em conhecer os procedimentos da investigação histórica fez-se muito pela listagem de repertórios bibliográficos. As lições sugerem longos caminhos e a necessidade de trilhá-los com os próprios esforços. Alguns debates, algumas temáticas e questões podiam, portanto, ser simplesmente referidos a partir de seus principais títulos. O *Lehrbuch* se pretendia como um tratado. A *Einleitung* se assume como manual. Busca servir como roteiro.

Em sua *Introducción al estudio de la Historia* Bernheim apontava a ambivalência do termo, que podia significar o “sucedido” ou indicar o “conhecimento” a isso atinente. Em relação à primeira acepção prevaleciam as tendências que procuravam conceituar os acontecimentos e descobrir essências ou padrões no desenrolar das eras. As Filosofias da História (dualista, materialista, positivista, expressionista, iluminista) operam com o conceito “moderno” de *Geschichte*, tomada como um “coletivo singular”. (KOSELLECK, 2004). Era por ser pensada como um ente, que se podia interrogar acerca do caráter da História. O segundo sentido da palavra “História” era aquele concernente à dimensão do que se conhece sobre o que aconteceu. Era a “História” tomada como relato, como ensinamento ou como ciência. Delineiam-se, assim, os contornos da Teoria e da Metodologia, bem como seus entrelaçamentos e bifurcações.

Acerca do desenvolvimento da ciência histórica, Bernheim considerava que a ênfase na disposição dos elementos externos e na expressividade caracterizaria o período ou tipo “narrativo”; o apelo político de extrair exemplos a partir de considerações sobre a dependência, estrutura e propriedades dos eventos seria o corolário do tipo ou período “pragmático” (ou didático), ao passo que o tipo “genético” ou “evolutivo” seria correspondente a um grau elevado de cultura, possível a partir da crença na unidade do gênero humano e tendo como finalidade o estudo da totalidade; ou seja, o conhecimento dos fatos a partir das causas que os determinam. Insinuam-se, na caracterização de Bernheim, reverberações da tríade atribuída a G. W. F. Hegel que discernia entre uma História “original”, uma “refletida” (geral, crítica, pragmática) e outra “filosófica”. Quando Bernheim afirmava, então, a concepção genética da História como a dominante (p. 17), jogava com as

possibilidades de isso ser sugerido como uma constatação ou de soar como adesão a um credo científico ou como sua publicidade.

Robin George Collingwood (1889-1943), em livro postumamente publicado, *The Idea of History*, situava em fins do século XIX a forma extrema do naturalismo entre os historiadores ditos “positivistas” e citava, expressamente, a Bernheim, especificando-lhe a autoria do *Lehrbuch der historischen Methode*. Para esse *Fellow* do *Pembroke College*, Bernheim partilhava a convicção de que o estudo da História deveria conduzir à descoberta de leis causais. Collingwood indicava como uma espécie de perversão constante dessa lógica, a distinção dos tipos de história, entre os empíricos e os filosóficos; ou seja, entre aqueles concentrados na coleta de registros e na determinação dos fatos e outros, devotados à busca de constâncias e padrões. Nessa distinção e na gradação da suposta nobreza de cada uma dessas missões, esconder-se-ia, na visão de Collingwood, o privilégio do modelo naturalista de ciência. (COLLINGWOOD, 1981: 222-223).

Bernheim, em sua *Introducción al estudio de la Historia* definira que as ações dos homens seriam o objeto da História e que sua finalidade consistiria no conhecimento dos fatos segundo as causas que os determinam, esclarecendo, inclusive, que tais causas seriam, essencialmente, interiores (sentimento, pensamento, volição). Entretanto, Bernheim reconhecia a impossibilidade de a História ter condições de detectar leis gerais e, mais que isso, reivindicava que o conhecimento histórico processar-se-ia de uma maneira diferenciada em relação aos parâmetros da mecânica, isso pelo motivo de que os fatos particulares não teriam um valor universal e perene; ou seja, fica a sugestão de que as coisas não aconteceriam sempre do mesmo jeito em todos os tempos e lugares. O discurso historicista não importou o modelo “relativista” da Física. Bernheim, nesse sentido, afirma em sua *Introducción* que, categoricamente, o conhecimento histórico há de referir-se a normas não absolutas, mas, sim, relativas (1937: 165). Ademais, quando Bernheim discorria sobre as principais tendências da conceituação da História, as descrições feitas do “positivismo” e do “materialismo” são corretas em suas linhas gerais. Quando, porém, o autor se aprofunda é na exposição de aspectos da filosofia de Kant incorporados pelos mestres da história alemã, como Ranke, a saber, a valorização do Estado e do indivíduo, as discussões sobre ideias e ideais da modernidade, bem como os debates acerca do duplo determinismo e liberdade. Bernheim reconhece a importância, mas, tenta esclarecer sua particularidade em relação a essa corrente. A avaliação da chamada “Filosofia da Humanidade”, derivada das meditações de J. G. Herder e que intentava precisar com maior pureza a riqueza das relações humanas é mais simpática.

Se houvesse um sistema, esse teria que ser o das interdependências ativas. Ideia crucial para tal formulação é a de cultura. Bernheim reconhece aí a maior (talvez, a única) possibilidade de fundar-se uma concepção e método de uma pretendida História Universal. Tendência em relação a qual o autor especifica uma apartação radical era a do Expressionismo, que preconizava o princípio da intuição (e a intuição como princípio) e a validade de conteúdos meramente espirituais, além de buscar formas artísticas de exposição. Para Bernheim, uma propriedade do expressionismo seria “o metódico desprezo pelos fatos” (1937: 39).

A estipulação de fronteiras e interseções em relação a outras ciências e ofícios era correspondente à demanda por definição das respectivas matérias, métodos e objetivos. Bernheim (BERNHEIM, 1937: 47) propunha, no item sobre “Ideia e objeto da História”, uma conceituação do termo:

Historia es la ciencia que investiga y expone los hechos relativos a la evolución, en el espacio y en el tiempo, de los seres humanos en sus actividades colectivas, y la relación psicofísica de causalidad que entre ellas exista según los valores colectivos de cada época.

Em outro trecho, Bernheim apresentava máxima mais sucinta segundo a qual a História seria a “ciência que se ocupa dos fatos dos homens como ser social”. (1937: 59). A ideia de “ser social” teria sido passível de críticas que indicavam aí perspectiva reducionista, levando a que o autor considerasse a pertinência da expressão “indivíduo em comunidade”, que permitia sublinhar o afã de integralidade entre as dimensões do singular e do coletivo. Definidos o objeto e os objetivos da História, cabia estipular as operações cabíveis, a saber: Metodologia, Heurística, Crítica, Interpretação, Concepção e Exposição. Tais etapas não implicavam, contudo, na divisão desse trabalho. Existiriam ciências ou disciplinas auxiliares; mas, o historiador deveria conhecer os meandros e rigores de sua prática. Se, antes, bastara contentar-se com os documentos que estivessem à mão, cabia, então, utilizar exaustivamente as fontes disponíveis para cada assunto; o que implicava colocar em discussão o funcionamento necessariamente aberto de arquivos e bibliotecas. O grau de objetividade em um conhecimento indireto e mediato como a História assentaria na possibilidade de testar e conferir os passos dos interlocutores.

Ernst Bernheim e seus livros foram constantemente referidos de maneira elogiosa e reverente em outro célebre manual, o de Wilhelm Bauer (1877-1953), que retomava o modelo e as dimensões do *Lehrbuch*, além de seu cariz de “livro do professor”.

Wilhelm Bauer é autor de *Einführung in das Studium der Geschichte*, 1ª tiragem, de 1921, feita em Tübingen. Em 1944, foi publicada pela Casa Editorial Bosch, de Barcelona, a tradução de Luis García de Valdeavellano feita a partir da 2ª ed. alemã (de 1927), acrescida de referências sobre o caso espanhol. Bauer esclarecia que seu livro era resultante de lições de cátedra proferidas na Universidade de Viena durante seis anos. Embora pretendido como uma *Introdução ao Estudo da História*, insinua-se a cada momento que essa seria uma tarefa para a vida afora. Não se escondia que muitas das questões debatidas somente seriam melhor aquilatadas a partir de ampla gama de experiências próprias de investigação independente. O jovem historiador deveria saber que a disposição para compreender alguns problemas só seria alcançada pela vivência, em um sentido que não se restringe à faixa etária ou ao gradiente dos níveis profissionais, mas, que parecia aludir ao adensamento e equilíbrio das faculdades do intelecto, do sentimento e da fantasia.

Os objetivos do livro e seu potencial público eram cotejados a partir da ponderação de que a história seria cada vez menos um assunto apenas para historiadores, isso, tanto pela recorrência com que os “profetas modernos” tentariam lastrear seus vaticínios em conjeturadas leis e explicações supostamente daí extraídas, quanto, também, pela incorporação de aspectos e elementos de crítica e exposição próprios a outras áreas do conhecimento. Fosse pelo viés da Filosofia da História (quando esta era preponderantemente pensada como sujeito de si e como teatro da vida) ou pelas perspectivas que enalteciam os rigores do Método e as competências da disciplina, por esses dois veios, Bauer justificava a relevância e a atualidade de sua iniciativa.

Publicado no rescaldo da I Guerra Mundial, o prólogo de Bauer para a 1ª edição alemã circunstanciava o imperativo de reconstrução da “unidade” e “grandeza”, tidas como características de “nossa época” e de “nosso povo”. Esperava-se, ou melhor, exigia-se que as ciências e, sobretudo, a História, assentassem sobre os escombros da vida política e moral os pilares de seu soerguimento. Daí, a apreciação de que o estudo da própria pátria apareceria a muitos (e, com razão, segundo Bauer) como um “dever sagrado”. Pode-se sugerir aí, a reativação de um valor como o do “ofício”, que encontra analogia com os ideais de “missão”, “destino”, “papel”, e outros. Nesse sentido, a nota do tradutor, segundo a qual, a leitura daquele livro poderia ser proveitosa para “despertar vocações” reafirma o sentido de “serviço” e suas contradições: qual o lugar do “método” em uma atividade que se supõe tocada por dons? De que poderia valer o estudo de manuais de *Introdução* para os já predestinados ao mister e aos mistérios dos estudos históricos? Bauer evitou qualificar sua realização como um

compêndio. Entretanto, de bom grado aceitava a ideia do livro como um “quadro do estado atual” ou um “guia” a quem ensejasse os percursos e percalços da ciência e da educação.

Na parte da *Introdução* dedicada à metódica, Bauer sublinhava nos trabalhos de heurística (conhecimento geral das fontes) a capacidade de flagrar falsificações. Isso seria daquelas habilidades desenvolvidas na (e pela) prática. Sobre isso, o autor não camuflava sua convicção de que “sobre crítica nada se pode aprender nos livros” (BAUER, 1944: 13). Mesmo assim... A exposição de Bauer contradiz alguns chavões acerca dos historiadores chamados “metódicos”, como aquele relacionado a uma concepção de “fonte” restrita aos documentos de chancelaria. Não se afigura idôneo falar nem de um privilégio, muito menos de um exclusivo. Na sessão sobre os tipos de fontes históricas mais importantes Bauer arrola 29 entradas: algumas, de fato, concerniam a documentos oficiais; várias, todavia, configuravam repertórios mais abertos, como as fontes transmitidas oralmente, os rumores, provérbios e anedotas, as canções populares, os diários, as folhas soltas e libelos, as fontes plásticas, enfim, uma gama de registros mais ampla e profunda que aquela que se deseja fazer crer em relação à prática historiadora do início do século XX. Um ponto consensual à análise desses vários tipos de fontes seria a atenção para identificar adulterações e falseamentos.

Bauer, a esse respeito, sentenciava que não existia nenhuma classe de fontes que não pudesse ser falsificada e que, de fato, não tivesse sido (BAUER, 1944: 290). Havia os casos de forja completa, de um meio fraudulento para uma mensagem mentirosa. E havia outros, mais complexos, nos quais a determinação da autenticidade do suporte não corresponderia a uma garantia sobre a veracidade do conteúdo, casos, portanto, de adulteração. Sobre esses, Bauer enfatizava que “mesmo peças diplomáticas autênticas poderiam conter também falsidades históricas” (BAUER, 1944: 369). O autor discernia entre autoria espiritual e material das falsificações e listava dentre as finalidades pretendidas, casos de proveito, lucro, vanglória, orgulho nacional ou interesses políticos, além de intenções de polêmica ou de publicidade. A ação dos falsários seria mais facilmente denunciada a partir da detecção de anacronismos, por mais que as cópias, interpolações ou fraudes buscassem seguir um determinado modelo. Seriam, portanto, os pormenores que trairiam a ação dos que pretendiam inventar autoridades.

Em mais de uma passagem de seu livro, Bauer fez referência à figura de Giovanni Morelli (tornada célebre a partir de artigo de Carlo Ginzburg, de 1978). A mais representativa foi no capítulo sobre determinação de autor. A principal fonte referida por Bauer, no que a Morelli concernia, era o livro *Die Methode der Kunstg.*, de Hans Tietze, de 1913. A partir daí,

afirmava ter sido Morelli o autor de um método extraordinariamente relevante para a História da Arte. O ponto de partida residiria na investigação das particularidades formais de um mestre e daqueles pontos que parecem menos importantes ao artista e nos quais se revelaria uma suposta “originalidade criadora” mais intensa que nos trechos em que se vigiam o modelo, a moda ou a rotina. Assim, a atenção desperta para os lóbulos das orelhas, para as unhas, para as dobras das vestimentas, todos esses, exemplos citados por Bauer. O conselho aos jovens que se aventurariam pelas sendas dos estudos históricos seria, portanto, a de prestar atenção às coisas que se afiguram como acessórias. Isso poderia servir para o reconhecimento de uma autoria original, como também, para rastrear tentativas de engodo.

Se no plano da Filosofia, a História podia ser vista como um “reino da justiça”, na prática da disciplina vigoraram várias praxes oriundas da lógica jurídica, das quais, o manejo crítico de testemunhos e documentos é apenas uma das facetas mais visíveis. Outra poderia ser buscada no brocardo do “argumento negativo”; ou seja, se o dito vale pelo feito, isso bastaria para supor a inexistência daquilo de que não se tem notícia? Com isso, Bauer sugeria algumas pistas para tentar entender tais “silêncios”. Primeiramente, indicava que algumas coisas poderiam ser tão comuns que simplesmente não foram tomadas como dignas de nota. Em seguida, conjecturava eventuais mudanças nos termos ou nos significados. Certos fatos poderiam estar ocultos atrás de expressões ou palavras que, com a posteridade, passaram a ter sentidos distintos. Finalmente, nas considerações mais agudas sobre a temática dos “silêncios”, Bauer advertia para o dever de “averiguar se o silêncio de uma fonte sobre um assunto não é um silêncio deliberado, tendencioso, que obedece a considerações de partido, de orgulho nacional, a motivos de piedade, prudência ou temor e outras causas semelhantes”. (BAUER, 1944: 492).

Um ponto breve, porém, bastante sugestivo é quando Bauer ensaia passar de uma crítica dos documentos a uma análise das documentações. Isso equivale a pensá-los não apenas como fontes, mas, como objetos mesmo de problemática. Nessa perspectiva, Bauer sugeria aos que investigavam em arquivos que se interrogassem acerca do percurso de um determinado registro até chegar ali, quais as relações, quais as escolhas (e, portanto, as renúncias) que permitiram que aquela fonte estivesse acessível, quais os critérios que orientaram a montagem da coleção, quais interesses se surpreendem no fato de algumas informações serem tornadas públicas ou monumentais, quais autoridades atuaram nesses processos e como o fizeram. A história era, decerto, feita com documentos. Mas, e quem fazia os documentos?

A caracterização mais geral dos historiadores ditos metódicos repetia que estes cultivariam o afã de ocultar predileções e bandeiras, em prol dos ideais de objetividade e neutralidade. Tal fórmula, aliás e amiúde, aparecia como complemento (e não feito contradição) em relação a outro chavão, qual seja, a de que nessa prática “os documentos falariam por si”. Se assim fosse, qual a necessidade de o historiador anular-se perante suas fontes? As indicações de Bauer não se encaixam nessas molduras. De fato, há no legado historista certa inquietação em torno dos valores que poderiam sustentar um juízo, pela alegação mesma de que tais valores seriam transitórios, particulares, históricos, enfim. Junto a isso figuravam o desejo de conseguir uma “compreensão empática” das realidades estudadas e a busca por compreendê-las a partir dos centros de gravidade de sua própria cultura. Contudo, para Bauer, a vivência (intelecto, sentimento e fantasia) do pesquisador não deveria ser subsumida; pois, os desenvolvimentos da disciplina não viriam só pela descoberta de novos documentos, mas, também, pela capacidade de uma leitura inovadora de registros antigos. Além disso, Bauer (1944: 126) enxergava a ação do historiador em relação aos “documentos” em operações já bem anteriores à sua análise:

Abster-se de adoptar una postura propia conduce fácilmente a la falta de claridad de lo que se expone, puesto que la fuerte participación personal en lo narrado estriba ya, naturalmente, en la selección del material, en la ordenación del conjunto, en la distinción entre lo importante y lo que no lo es. Así, en la formación de conceptos superpuestos.

Outras operações do pesquisador em relação à sua matéria seriam os trabalhos de conceituação e a proposição de “tipos históricos”. Escrevendo quase um século após o prólogo de Ranke à *História dos Povos Romanos e Germânicos* (1824), em que este preconizava o esforço de tratar as coisas como “realmente aconteceram”, Bauer acreditava que só seria possível ao historiador mostrar as coisas “como as tinha visto”. O aforismo é eficiente pela sugestão e correlação entre termos da “ótica”: evidência (e invisibilidade), perspectiva, enfoque. A maneira de olhar criaria a imagem. Seriam exercícios de “divisão” e “articulação” os que permitiriam configurações típicas e conceituações. Tais tipos (como “cultura micênica” ou “época de Luís XIV”) só deveriam ser formados a partir de amplo e profundo trabalho de pesquisa e deveriam, continuamente, ser corrigidos pelos resultados das investigações. Não obstante, esses tipos seriam formulados por abstrações, sacando-se algo comum entre aspectos de fenômenos (“Renascimento”, Ilustração”). Seriam hipóteses de trabalho. Dos principais riscos que permeariam as tentativas de agrupar fatos isolados sob

denominadores filosóficos estariam a sedução de encarar esses tipos como forças, como entes capazes de vontade e ação, bem como, o perigo de conceitos e tipos resvalarem para algo esquemático e rígido, em que não mais se perceba a “multiplicidade das especialidades” (BAUER, 1944: 139-144).

No título da comunicação, fez-se alusão à “escola” alemã. Essa é uma fórmula didática. Importa lembrar, por fim, a sugestão de que as nações fizeram escolas na medida em que as escolas fizeram as nações. Estudar os materiais e práticas da formação dos professores se afigura como interesse da teoria da história e da história da historiografia.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Arthur. “Ernst Bernheim”. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *A História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAUER, Guillermo. [Wilhelm]. *Introducción al Estudio de la Historia*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1944.
- BERNHEIM, Ernst. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Editorial Labor, 1937.
- CASSANI, Jorge Luis e AMUCHÁSTEGUI, A. J. Pérez. *Del “Epos” a la Historia Científica. Uma vision de la Historiografía a traves del Metodo*. Buenos Aires: Editorial Abaco de Rodolfo Depalma, 1982.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História* [1946]. 5ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- FRÉDÉRICQ, Paul. *The study of History in Germany and France*. Baltimore: John Hopkins University, 1890.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 6ª Ed. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2008.
- GRAFTON, Anthony. *Falsarios y críticos. Creatividad e impostura en la tradición occidental*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madri: Minima Trotta, 2004.